

Instrumento de promoção social

O fim da fome e da violência tem ligação direta com a garantia de emprego e de renda. Distribuir sacolas de comida ou marmitas àqueles que passam fome não é a melhor forma de combater o problema. Assim como apenas aumentar o número de presídios também não diminuirá a criminalidade. Infelizmente, desemprego, fome e violência caminham juntos. No Brasil, com taxa de desemprego de 12% e perda do poder aquisitivo do trabalhador empregado de 16% em 2004, esses problemas se agravam e exigem medidas capazes de reverter essa realidade.

Diante desse quadro, defendemos que o salário mínimo seja usado como instrumento de combate à fome, à miséria e à pobreza. O Brasil tem milhões de pessoas vivendo do salário mínimo. Conforme dados divulgados pelo IBGE na Síntese dos Indicadores Sociais 2003, o número de pessoas que ganham até um salário mínimo cresceu 3% entre 2001 e 2002. Muitas famílias dependem da remuneração que o pai, o avô ou outro membro da família recebem. Situação bastante grave, principalmente se lembrarmos que o valor do nosso salário é um dos mais baixos do mundo. Estamos à frente, apenas, de Serra Leoa.

O mínimo deve ser visto como componente essencial para a melhoria não só da renda, mas também da qualidade de vida dos brasileiros. Ao valorizar o salário mínimo estaremos aumentando o poder de consumo de milhões de pessoas e, conseqüentemente, dando novo ânimo à economia do país. Ao receber um salário melhor, as pessoas vão consumir mais, o que gera um volume maior na produção e mais postos de trabalho. Além de reativar a economia, estaremos contribuindo para a distribuição de renda e para o fortalecimento do mercado interno.

Não podemos deixar de levar adiante o debate sobre o valor do salário mínimo já que ele interfere nas mais diversas esferas: salário-família, pisos regionais, piso das categorias, planos e cargos de salários das empresas, seguro-desemprego, entre outros. O mínimo é uma referência que alavanca as condições de vida do cidadão.

O governo federal anunciou um reajuste em torno de 30% para os servidores públicos

que possuem os menores salários. Justo, afinal esses servidores vêm enfrentando toda ordem de dificuldades. Seus vencimentos estiveram praticamente congelados por quase duas décadas, o que fez com que tivessem uma compressão de renda sem paralelo na história. Conhecemos os percentuais de reajuste dos servidores públicos federais, mas não o índice aplicado na correção do salário mínimo a partir do dia 1º de maio. Com a nova database do mínimo, o reajuste obedecerá a um cálculo relativo a um período de 13 meses. Entendemos que deva ser dado ao mínimo o mesmo reajuste dos servidores públicos, assim passaríamos dos atuais R\$ 240 para R\$ 312.

O debate em torno do mínimo é apaixonante. Conseguimos unir as centrais sindicais, associações e confederações em defesa de um mesmo ideal: que o valor do mínimo ultrapasse os US\$ 100. É uma proposta unitária que defendemos há 16 anos.

Segundo projeto de nossa autoria, o salário mínimo se-

ria, anualmente, recomposto pelo índice inflacionário mais um reajuste real de R\$ 0,20 a hora. Isso daria, considerando-se a situação atual, um acréscimo acima de R\$ 44 ao mês, por ano. Seguindo essa lógica, em 2004, o mínimo atingiria R\$ 312, mesmo valor que obteremos se tivermos reajuste igual ao dos servidores federais. Lutamos também para que o mesmo percentual de reajuste dado ao mínimo seja estendido aos 21 milhões de aposentados e pensionistas.

Defendemos que salário mínimo não seja fruto de medida provisória, mas de projeto de lei. Devemos lembrar que, em outras ocasiões, quando decidido por projeto de lei, o valor do mínimo ficou bem acima do estipulado por MPs. Precisamos garantir aos que dependem do salário mínimo condições de manter suas despesas básicas de alimentação, educação e saúde. Com isso estaremos enfrentando a crise da economia e o desemprego que leva à queda da renda e que está diretamente associado ao crescimento da criminalidade.

O sindicato dos que dependem do salário mínimo, cerca de cem milhões de brasileiros, é o Congresso Nacional, é o Senado da República. Somos a voz do cidadão. Quem recebe salário mínimo não tem força para grandes manifestações.